



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

ILEGALIDADES NA CONTRATAÇÃO MÉDICA E INCENTIVOS DESMOTIVADORES AGRAVAM DESIGUALDADE NO ACESSO À SAÚDE

A contratação médica por concurso público foi negociada e está regulada pela portaria 207/2011, depois alterada pontualmente pela portaria 355/2013. Mesmo assim ilegalidades persistem desde 2011 com a conivência do Ministério da Saúde.

A lei prevê a contratação sem termo através de concursos públicos E o que tem acontecido? Apesar de se terem reiniciado os concursos públicos em 2012, estes estão a ser boicotados pelo recurso a contratações directas sem termo, pelo recrutamento através de empresas e pelo facto de serem concursos “fechados”. Estes restringem as vagas a um conjunto limitado de médicos, não garantindo o direito constitucional de igualdade e desrespeitando a valia técnico-científica das carreiras médicas. Além disso, estão regulamentados por um decreto lei de 2009 que cria vagas preferenciais para internato, com direito a bolsa, que há anos cessaram de existir! São assim ocupados locais de trabalho de forma definitiva, a maior parte das vezes em hospitais centrais (por contratação directa ou concurso fechado), deixando zonas carenciadas sem candidatos ou com número limitado de candidatos.

A existir necessidade urgente justificada, a contratação directa deveria ser a termo, tal como está regulamentado em despacho recente. No entanto, ao contrário do que está previsto, esta deveria gerar automaticamente uma vaga para concurso, levando a finalização do mesmo ao fim do contrato anterior e à contratação sem termo para o local pretendido. A necessidade sentida deste tipo de contratação urgente espelha bem a completa falta de conhecimento e de planeamento das necessidades de recursos humanos médicos no país, da responsabilidade do Ministério da Saúde!

A agravar a situação existe uma incompreensível variação em cada concurso entre o número de vagas disponíveis para os hospitais centrais e para zonas carenciadas e uma incompreensível demora entre a publicação de despacho a identificar as vagas e a abertura e finalização dos concursos, que tem sido em média superior a meio ano, mesmo quando todo o processo decorre sem reclamações dos candidatos.

Todas estas ilegalidades na contratação médica têm como consequência o agravar da desigualdade no acesso à saúde pelo cidadão comum, particularmente em zonas carenciadas como o Litoral alentejano ou zonas do interior de Portugal. Desengane-se quem avança como solução uma aumento de oferta através de mais vagas para licenciatura. É uma falsa questão. Um licenciado em medicina para poder exercer com diferenciação técnica e científica especializada de qualidade tem de se submeter a mais 5 a 7 anos de formação. Esta formação é efectuada pelos Serviços com idoneidade reconhecida pela Ordem dos médicos sob orientação de um médico especialista. Com a extinção de serviços, a sobrecarga de trabalho exigida ao médico orientador e a limitação de recursos humanos em alguns locais, estas capacidades, mesmo garantindo a sua maximização, são limitadas.

Parte do problema da existência de zonas carenciadas pode ser resolvido com incentivos para a fixação de médicos nestes locais. De facto, se pensarmos que o médico termina a sua formação com mais de 30 anos de idade, com uma vida familiar e cívica organizada ao longo de 5 a 7 anos no local de formação, a deslocalização para qualquer outro local a centenas de quilómetros levanta graves dificuldades familiares e financeiras. Isto poderia ser ultrapassado com a criação de incentivos verdadeiramente motivadores. O actual projecto legislativo publicato em BTE, sem prévia negociação com os sindicatos, que se traduz na verdade em um incentivo pecuniário, em média, de 350 euros ilíquidos mensais ao longo de 5 anos com contrapartida de obrigação de permanência ou, caso contrário, possibilidade de desvinculação prolongada do SNS está muito longe de ser um estímulo adequado à fixação de médicos em zonas carenciadas. Tudo isto agravado pela redução para 1/3 se existir habitação própria num raio de 30 Km independentemente das condições da mesma serem ou não adequadas à família. Verificando-se um aumento da saída de médicos do SNS para os hospitais privados, principalmente a partir dos hospitais centrais, e para o estrangeiro, onde podem ganhar mais do dobro com melhores condições de trabalho, é necessário criar um verdadeiro incentivo para as zonas carenciadas!

A FNAM exige a reposição de legalidade na contratação médica, com concursos abertos, e uma política de verdadeiros incentivos para zonas carenciadas! Por um SNS digno e pelo direito à igualdade de acesso de todos Portugueses!

Lisboa, 11/3/2015

A Comissão Executiva da FNAM